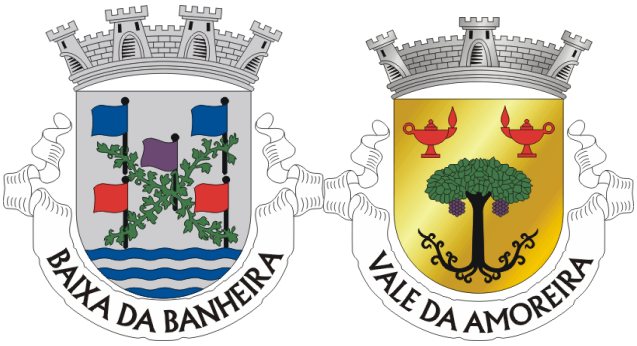


Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira

Concelho da Moita

27 de Dezembro de 2022

Ata n.º10

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois, no Salão da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Aprovação de Atas

2 – Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para 2023/PPI/Orçamento 2023

3 – Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2023

4 – Discussão e Votação Tabela de Taxas e Tarifas para 2023

5 – Aprovação de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências

6 – Implementação de Balcão SNS na União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

7 – Ratificação do Protocolo do Fundo Ambiental

8 – Proposta de Denuncia de Protocolo Eco-Lar com a Santa Casa da Misericórdia

9 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires, Cíntia Guerra e Ana Melissa Ferreira foram substituídas por César Marques, Carlos Simões e Vitor Pessoa, respetivamente. Já na bancada da CDU, Helena Mira foi substituída por Rui Cunha, Emílio Brazão foi substituído por Judite Freitas e Anabela Gonçalves foi substituída por Rui Martinez. No total, estiveram 18 membros presentes na reunião.

Antes de começar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Paulo Alfama, explicou que, dada a extensa ordem de trabalhos e após conversar com todas as forças políticas, agendou-se uma segunda reunião para o dia 3 de janeiro, no mesmo sítio

e à mesma hora, para dar continuidade aos trabalhos. Também por esse motivo, foi acordado que moções e recomendações seriam tratadas nesse dia.

Deu-se, então, início à sessão, como Presidente de Mesa interpelando o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, o que não se verificou.

Antes da Ordem de Trabalhos, houve 2 declarações políticas, uma da bancada da CDU e outra do PS.

A declaração política da bancada da CDU foi lida por Rogério Santos:

Declaração Política

"Um ano e pouco depois na tomada de posse do PS, o povo vive pior nas freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Vive pior porque há menos proximidade. Vive pior porque o PS se opôs a separação das freguesias, ao contrário do que prometeu às pessoas, reduzindo proximidade. Vive pior porque há uma enorme degradação dos serviços públicos essenciais, desde logo, os da sua responsabilidade, como a higiene urbana ou a conservação dos passeios. Vive pior porque há menos cultura por opções erradas e revanchistas de um executivo que quer ser de rutura com o anterior, ao invés de tentar melhorar aquilo que se fazia. Vive pior porque a democracia não é respeitada e num exemplo disso é a forma como executivo não respeita os prazos para as convocatórias das reuniões magnas nas freguesias. Consideramos que é preciso alterar a forma de fazer política, não pelas opções, porque essas não as conhecemos por falta de projeto e por falta de capacidade, mas pelo estilo de constante confronto, de rutura, negando os consensos, esboroando a frágil democracia que se vive no nosso país. Durante este período, a CDU cumpriu com a palavra e apresentou as suas propostas. Mesmo quando os eleitos da CDU foram desrespeitados e foram muitas as vezes, apresentámos propostas para melhorar a nossa terra. Ao contrário do que o PS fazia na oposição, que votava quase tudo contra, a CDU, neste período, votou favoravelmente muito daquilo que foi apresentado pelo PS, na esperança que a postura mudasse. Não aconteceu. Foram várias as vezes que, de forma construtiva, alertamos para os erros do PS na Constituição do próprio executivo, na questão da prorrogação dos protocolos de delegação de competências, na questão da devolução das freguesias ao povo, só para dar alguns exemplos. E estamos na política como estamos na vida, por bem. A nossa política é de construção em conjunto, o nosso projeto tem como objetivo a melhoria das condições de vida das pessoas da nossa terra e assim vamos continuar."

Seguiu-se a declaração política do PS, lida por Rodrigo Nascimento:

Declaração Política

"Contra todas e quaisquer tentativas de desinformação, importa clarificar que a obra da unidade de saúde familiar da Baixa da Banheira foi aprovada pelo Governo do Partido Socialista, que delegou na Câmara Municipal da Moita, então dirigida pela CDU, a adjudicação, o acompanhamento e a fiscalização da obra. Na altura, embora um vereador do Partido Socialista tenha alertado para a fragilidade económica do concorrente vencedor, a adjudicação foi feita a uma empresa que se encontrava em processo especial de revitalização e o resultado da incapacidade de gestão da CDU foi apresentar-se a votos em setembro de 2021 com uma obra, que embora devesse estar concluída em Agosto desse ano, estava com uma taxa de execução de apenas 29%. E, assim sendo, a nossa terra viu-se obrigada a devolver os fundos europeus que havia recebido para a obra, cerca de 469 mil € investidos, uma situação que a todos prejudica. A CDU foi incapaz de resolver e gerir este processo. A ausência de visão e compromisso do anterior executivo da CDU prejudica, diariamente, todos os utentes banheirenses que há muito anseiam pela obra. No entanto, o Executivo do Partido Socialista tem feito tudo para concretizar a obra. Apesar da herança, não nos desmotiva de idealizar, criar e concretizar os projetos e as obras necessárias a nossa população e ao nosso conselho. Hoje podemos afirmar, com toda a confiança, que a construção da unidade saúde familiar da Baixa da Banheira vai, finalmente, avançar. A garantia foi dada pelo nosso ministro da saúde, Manuel Pizarro, na sua visita ao nosso município, no dia 21 de dezembro, para uma reunião técnica com Executivo da Câmara Municipal: "Este é um momento muito importante que assinala a resolução de um problema e um sinal de confiança no futuro. Estão asseguradas as plenas condições de financiamento para que a obra possa ser lançada, retomada e terminada no prazo mais curto possível, desejavelmente ainda no ano de 2023." O ministro da saúde anunciou ainda que o edifício que anteriormente acolhia o centro de saúde da Baixa da Banheira, diga-se um edifício de habitação, será recuperado pelo Governo, em colaboração com a Câmara Municipal da Moita, e transformado num projeto de habitação acessível, ajudando a fixar médicos e outros profissionais de saúde no concelho da Moita, uma estratégia necessária e que subscrevemos na íntegra. Em acréscimo a isto, o Presidente da Câmara Municipal da Moita, Carlos Albino, sublinhou ainda que este é um dos grandes anseios deste executivo municipal, tendo concluídas as novas instalações na unidade de saúde familiar da Baixa da Banheira: "Desde que tomamos posse, verificámos

que havia uma situação para resolver e, desde o primeiro dia, abraçámos este projeto, tem sido exaustivo e difícil, mas estamos aqui hoje para começar virar a página e começar a trilhar um caminho satisfatório para todos, que irá valorizar o território e trará melhor acesso aos cuidados de saúde primários a população a freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Saudamos, assim, o trabalho da Câmara Municipal da Moita que, sob gestão do Partido Socialista, irá dar resposta a um problema que há muito se tem vindo a arrastar, graças ao antigo executivo da CDU e que, assim, finalmente tem uma resolução à vista."

Deu-se início a Ordem de Trabalhos, com o ponto um, Aprovação de Atas n.º7, n.º8 e n.º9.

As atas n.º7 e n.º8 foram submetidas a votação e aprovadas por unanimidade, sem nenhum dos presentes ter tido a necessidade de as discutir.

O senhor Rogério Santos pediu para intervir sobre a ata n.º9, alertando para o facto de os nomes dos fregueses que intervêm no início da sessão estarem errados. Também expressou que achava as suas intervenções muito resumidas em comparação com outros membros da Assembleia e pediu que se melhorasse nesse aspeto.

Sendo assim, a ata, com as correções sugeridas, foi aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto 2, Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para 2023/PPI/Orçamento 2023, apresentado pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O senhor Nuno Cavaco pede a palavra e começa por se referir ao centro de saúde, afirmando que, anteriormente, as freguesias não teriam acesso a fundos comunitários, algo alterado, garante, recentemente. Referiu também que seria suposto colocar portas e janelas no edifício, antes do inverno, para o proteger, algo que a Câmara Municipal acabou por não cumprir. Relembra que, num concurso público, não se escolhem a empresa, esta apenas tem de reunir os critérios necessários. Afirma ainda que o Governo não pode delegar na Câmara Municipal.

Em relação às GOP, diz que, apesar dos recursos terem aumentado, a resposta a vários setores ainda será adiada, na opinião da CDU. Considera um documento que não satisfaz as necessidades da população e não mostra objetivos definidos. Afirma que não foram incluídas propostas da CDU ou de outros cidadãos e realça que, aparentemente, mesmo com uma receita maior, parece fazer-se menos. Informa que a bolsa de voluntários que

que se pretende criar já existiria e que deveria incluir as associações de moradores. Refere que as propostas para o Orçamento Participativo têm sido quase inexistentes e que, na generalidade, o documento não apresentaria soluções para os problemas existentes na freguesia. Mencionou a diminuição das intervenções nas escolas e julga serem insuficientes para garantir a manutenção das instalações. Afirma ainda e o tema do ambiente foi deixado de lado, tendo em conta que haveria um projeto de apoio à instalação de fontes de energia amigas do ambiente (renováveis, entre outras), em que haveria ganhos de energia, financeiros e ambientais, e que teria sido ignorado pelo atual Executivo, não estando contemplado no documento apresentado. Considerando tratar-se, afirma, de "um dos piores orçamentos discutidos" e por todas as razões já citadas, a bancada da CDU não poderia votar a favor.

A seguir, o senhor Abílio Marcos, membro do Executivo, pediu a palavra para falar em relação à primeira declaração política apresentada, considerando injusto e sem evidências concretas quando se disse que se viveria pior na freguesia durante o último ano, correspondendo ao um mandato atual, em comparação a décadas de gestão da CDU. Sinaliza que toda a gente é livre de expressar a sua opinião, mas que se deve ter em atenção à maneira como isso se faz.

De seguida, interveio o senhor Rogério Santos, dizendo que o plano é, de facto, ambicioso, porém, afirma que não seria possível executar. Para o justificar, usa o que diz ser um contrassenso. Por exemplo, que se a despesa com pessoal seria de 47% e que já estaria bastante elevada, não se iria conseguir cumprir tudo o que o documento apresenta, pelo menos, sem recorrer serviços externos, dado que não se verifica a intenção de contratar mais funcionários. Questiona ainda se a segunda pessoa que ficará a tempo inteiro na Junta de Freguesia também irá "colocar a mão na massa", para ajudar a cumprir os objetivos e se se irá correr a voluntários ou aos planos ocupacionais, via centro de emprego. Em nome do membro da sua bancada, senhor Rui Martinez, pergunta se o facto de não constar no documento as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio se trataria de um lapso.

A senhora Cláudia Jaime informa que a coligação Merecemos Mais apontou como pontos positivos do plano a colocação do Balcão SNS na Junta de Freguesia, a aposta na formação contínua os funcionários, a requalificação das escolas e do imobiliário urbano, a extensa lista de atividades ligadas à cultura, ao desporto e à população sénior. Também questionou onde o Centro de Desenvolvimento Social e Comunitário iria funcionar; de

que se tratava o programa Ser Mais Professores; em que consistiria o projeto Parque de Diversões ao Ar Livre; como seria implementado o projeto Eco-Lar. Aponta ainda aspetos que não constam das GOP e que, ainda que não sejam da competência da Junta, questiona a postura do Executivo em relação aos mesmos. Pergunta como será possível reforçar a colaboração com a Câmara Municipal para melhorar os serviços de higiene urbana, acessibilidade em rede viária, problemas com a iluminação pública e as verbas, que considera insuficientes, afetas às escolas, passeios e vias, mobiliário urbano e espaços públicos.

O senhor Rogério Santos salientou que a CDU apresentara 8 propostas para o plano, sendo que nenhuma terá sido incluída, além de 7 reivindicações.

De seguida, intervém o senhor Jorge Silva, para chamar a atenção para a falta de recursos humanos no terreno e não percecionar esforços para que essa situação seja alterada. Classifica o Orçamento como "abstrato" e sem objetivos definidos. Questiona quais serão os critérios para a atribuição de bolsas a estudantes e de bilhas de gás a famílias, advertindo que devem estar de acordo com as realidades da população, avaliando as circunstâncias em proximidade com a mesma.

A Senhora Presidente Bárbara Dias passou a responder às questões colocadas. Nega a inexistência de diálogo com a população, já que terá havido debate com a comunidade educativa, Movimento Associativo e os comerciantes. Recorda a existência do Orçamento Participativo, que é uma forma da população dar o seu contributo no Orçamento. Menciona intervenções feitas nas escolas, nomeadamente, a substituição de todos os bancos na Escola n.º6, a recuperação de moretos nas escolas, a recuperação do interior das salas da Escola n.º4 e o corredor e entrada da Escola n.º3. Além disso, ainda estariam previstas pelo menos mais duas intervenções. Sobre o Acordo de Execução de Competências nas escolas do 2.º e 3.º ciclos e secundárias, o documento refere 15 000€, porém, não seria um valor fixo, havendo possibilidade de se receber mais. A Escola D. João I e a Escola Secundária estão identificadas num programa do Governo, de escolas que serão intervencionadas até 2030. Relativamente à exequibilidade do Orçamento, diz ser algo que se comprovará com o passar do tempo. O mesmo contempla a contratação de vagas para uma assistente técnica e assistentes operacionais e explica que, inclusivamente, haveria mais equipas atualmente do que no início do mandato. Considerando a quantidade de competências concentradas nas Juntas de Freguesias, diz ser injusto só existir a possibilidade de colocar uma pessoa a tempo inteiro. Refere que a

pessoa a quem se aplica, senhora Cátia Nunes, Secretária do Executivo, tem sido um grande apoio no trabalho realizado pela Junta, nomeadamente nos atendimentos à população e no desenvolvimento do projeto do Centro de Desenvolvimento Social e Comunitário, sé vendo vantagens nesta prática. Relativamente aos programas de emprego apoiado, afirma serem uma forma de dar oportunidade às pessoas e, inclusivamente, muitos funcionários da Junta teriam sido contratados a partir destes programas. Confirma que foi, de facto, um lapso as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio não estarem contempladas no documento. Sobre a "Bilhas de Gás", esclarece que se trata de um protocolo estabelecido entre a ANAFRE, Juntas de Freguesia e Governo, que, após análise da candidatura pelos técnicos do "Fundo Ambiental", concedem ou não o direito à bilha de gás. O papel da Junta incluiria apenas submeter os dados na plataforma especializada para o efeito. No que concerne ao parque de treino, trata-se de um projeto com estruturas para a realização de exercício físico, com 4 equipamentos de manutenção, passado de acordo com as necessidades da população. Reforça a ideia de que, por vontade da Junta, certas competências seriam da sua responsabilidade, nomeadamente a varredura das ruas e limpeza dos espaços verdes, consegue identificar situações relacionadas a essas áreas mais facilmente, dada a proximidade com o terreno. Menciona que o senhor Nicolau Furtado, membro do Executivo, tem tido um papel muito ativo junto dos serviços municipais no que se refere à iluminação pública, acessibilidades e rede viária. Chama atenção para o facto de muitas das medidas propostas pela CDU constarem do Orçamento, nomeadamente a reparação e pintura de muros e moretos na Avenida Almada Negreiros, a campanha de sensibilização de resíduos e monos e a manutenção e reparação do espaço público. Explica que as medidas foram incluídas, com adaptações.

A senhor Cátia Nunes intervém, dando esclarecimentos relativamente ao Pelouro da Ação Social e Educação. O projeto do Centro de Desenvolvimento Social e Comunitário é um projeto de parecerias, que estará localizado de forma a estar em proximidade com toda a população do Vale da Amoreira e da Baixa da Banheira. O local em concreto ainda estaria em análise. Sobre o programa "Ser Mais Professor", o objetivo seria, numa primeira abordagem, prestar auxílio na prevenção de situações de *burnout* e ao desenvolvimento de competências relacionadas à interculturalidade. O seu financiamento virá do PRR e será dedicado apenas à execução das atividades que estão propostas no plano, que já teria sido aprovado. Em relação ao Eco-Lar, trata-se de um protocolo assinado com várias entidades parceiras como, por exemplo, a Câmara Municipal juntamente com as Juntas

de Freguesia. A verba que consta em Orçamento diria respeito ao ano anterior, sendo sempre assim o procedimento.

Presta esclarecimentos o Senhor Tesoureiro do Executivo, Luís Cerqueira, sobre os valores para o mobiliário urbano, espaços públicos, sinalização e toponímia. Explica que houve um reforço do valor alocado para o mesmo. Há uma maior aposta na utilização de materiais amigos do ambiente e com maior durabilidade. Também houve uma maior sensibilização para a forma de utilização da energia pelos funcionários da Junta, tendo diminuindo o seu consumo. Informa que o Executivo não teria tido conhecimento sobre os projetos mencionados pelo senhor Nuno Cavaco, dizendo que estes não foram entregues pelo anterior Executivo na mudança de mandato.

A senhora Cátia Nunes vossa a pedir a palavra para esclarecer que a atribuição nas bolsas de mérito seguiria pelo princípio da equidade e justiça social. Seguindo essa lógica, estaria a ser criado regulamento com critérios e normas, com base nos rendimentos familiares. O termo "mérito" diria respeito à motivação e à autorregulação, tendo o sucesso escolar dos estudantes como único compromisso exigido.

Logo em seguida, intervém o senhor Nuno Cavaco para afirmar que haveria diferença entre fazer manutenção nas escolas, o que é uma obrigação, e fazer grandes intervenções. Sendo assim, no seu entendimento, não estaria prevista nenhuma grande intervenção, independentemente do material usado. Em relação aos programas de emprego apoiado, afirma que, após a conclusão do programa, não seria possível a inserção das pessoas que dele participam. A solução que o anterior Executivo teria encontrado passaria por colocar essas mesmas pessoas, já com experiência adquirida, por concurso, no Mapa de Pessoal. Afirma que, de outra forma, apenas se estimula a precariedade. Finaliza, dizendo que não compreende como é que o senhor Luís Cerqueira podia não ter conhecimento dos projetos, tendo em conta que estaria presente quando os mesmos foram discutidos.

O senhor Jorge Silva pede a palavra para reforçar o que foi dito pelo senhor Nuno Cavaco em relação aos programas de emprego apoiado. Admite que a Junta de Freguesia do Vale da Amoreira teria recorrido a tais programas, quando presidia a autarquia, em tempos extrema necessidade, mas que se fez por integrar esses mesmos funcionários, posteriormente, como já explicado.

A Senhora Cátia Nunes pediu para intervir e explicar as intervenções nas escolas. A respeito da intervenção realizada na Escola n.º4, diz tratar-se de um caso que já deveria

ter sido solucionado há muito tempo, pois existem relatórios da unidade de saúde pública, Arco Ribeirinho, que comprovariam que as mesmas necessidades se verificavam ano após ano. Afirma que o Executivo atual estaria a seguir um plano com cuidado e objetivos definidos, depois limitar essas intervenções a pintura das paredes externas das escolas não resolveria problemas estruturais existentes.

O senhor Luís Cerqueira mantém o que disse em relação ao desconhecimento dos projetos, mas que teria todo o interesse em vê-los e discuti-los. Reforça o que a senhora Cátia Nunes disse sobre a qualidade das intervenções nas escolas e conta que a Escola n.º4 que teria sido intervencionada há pouco tempo, precisou de obras profundas. Relembra que foi a autoridade da área que avaliou a situação e compôs os relatórios, sinalizando os problemas existentes e que a solução para os mesmos seria a prioridade ao fazer tais intervenções.

O senhor Rogério Santos pede para intervir e afirma que as verbas são sempre encaixáveis em várias rúbricas. E, ainda que atualmente existam reforços nas verbas, defende que tal não significa que no anterior mandato o trabalho não fosse realizado. Recorda que, em mandatos anteriores, o desenvolvimento, a programação e a execução dos trabalhos no parque escolar teriam sido sempre de acordo com as opções políticas. Porém, estas opções teriam sido tomadas de acordo com as necessidades e emergência dos espaços que necessitavam, sem descurando qualquer relatório feito por uma entidade competente. Todas as intervenções teriam em consideração os pareceres feitos. Afirma que a qualidade das intervenções não deixa de ser subjetiva e garante que a oposição dará o seu parecer sobre as mesmas.

O senhor Rodrigo Nascimento pede a palavra para dizer que discorda que se viva pior na freguesia atualmente do que com a CDU. Realça que as GOP apresentadas inclui medidas extrema importância, e, entre elas, destaca o Orçamento Participativo, a atribuição de bolsas de mérito, que possibilitam o acesso ao ensino superior, e a candidatura própria da Junta de Freguesia a fundos europeus com objetivo de construir o Centro de Desenvolvimento Social e Comunitário. Também não acredita que as GOP promovam a precaridade dos trabalhadores, sendo que precariedade seria não dar aos trabalhadores condições dignas, como instalações e equipamentos adequados à sua função.

A Senhora Presidente esclarece que pelo menos quatro quadros da Junta da Baixa da Banheira teriam confirmado ter participado dos programas de emprego apoiado antes

ficarem efetivos. Menciona que, na construção das GOP, os funcionários da Junta também deram o seu contributo, de maneira a possibilitar uma resposta às suas necessidades. Explica que, quando uma entidade competente elabora um relatório em que aponta vários problemas, o que preocupa o Executivo é solucionar esses mesmos problemas, independentemente de opções políticas. O que importa, afirma, e resolver os problemas existentes afundo e não apenas "maquilhá-los", para que nunca seja colocada em causa a saúde e o bem-estar da população. Finaliza, dizendo "ter sempre as portas abertas" para atendimentos.

Terminada a discussão, a proposta foi submetida a votação, sendo aprovada com 9 votos a favor, do PS e do MM, 1 abstenção, do BE, e 8 votos contra da CDU.

A bancada da CDU quis apresentar uma declaração de voto, apresentada por Nuno Cavaco, em que explica, apesar do Executivo atual ter dito, aquando da aprovação das GOP no ano anterior, que queria fazer melhor que o seu antecessor, mas o que se teria visto seria uma degradação dos serviços públicos prestados e encerrando outros e sem novas ideias, além de aumentar a despesa. Estranha que uma intervenção que ocorria quase todos os anos tivesse sido classificada como "estruturante" e que, ao contrário do que foi dito, uma solução para o problema teria sido procurada. Afirma que se trata de um documento quem não destaca o que é importante, como "a conquista da democracia, do poder local democrático, o 25 de Abril ou 1.º de Maio ou participação dos trabalhadores" e diz duvidar que as GOP sejam cumpridas. Em suma, considera que o documento não só não serve os interesses da população, mas também agrava as condições de vida da população. Finaliza, dizendo que os eleitos da CDU gostariam de ter contribuído para a construção do documento.

De seguida, o PS também apresentou uma declaração de voto, apresentada por Miguel Jorge, em que sublinha que "as Grandes Opções do Plano refletem as inspirações a população que depositou a sua confiança no Partido Socialista e no seu projeto", implementando o seu programa eleitoral de forma sustentada. Classifica as GOP apresentadas como um projeto "agregador, inclusivo, dinamizador, mobilizador de todos os amoreirenses e banheirenses", montado por um executivo com conhecimento do terreno e da população. Afirmou que o documento valorizar e dignifica os trabalhadores, estimula o envolvimento da população, prioriza a intervenção social, que valoriza e conta com o Movimento Associativo, que aposta na educação e que terá um impacto muito positivo na comunidade. Destaca o investimento no espaço público, para melhor proveito

da população. Os novos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Trarão novos desafios, mas também a oportunidade de trabalhar e resolver problemas de forma mais eficiente e mais com mais proximidade. Resumindo, o documento "corresponde uma estratégia de desenvolvimento para a nossa freguesia, com objetivos bem definidos e propostas concretas, contrastando com a visão, ou falta dela, a que a CDU nos habituou durante décadas".

Por fim, seguiu-se para o ponto 3, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2023, apresentado pela Senhora Presidente de Junta.

A seguir, o senhor Rogério Santos intervém para questionar o facto de, nos serviços administrativos, serem ocupados 7 postos de trabalho como assistente técnico e nenhum assistente operacional dos serviços gerais quando, finalizado o mandato anterior, haveria 10 postos ocupados e uma pessoa como assistente operacional. Em relação aos serviços externos, nas funções de assistente operacional, teriam sido 4, atualmente, seriam 3, mas, afirma, que se teria dito que seriam 5. Julga que a confusão poderia ser por 2 dos funcionários estarem ao abrigo de um programa, não fazendo parte do Mapa do Pessoal.

A Senhora Presidente esclarece que não teria saído de ninguém. Seriam 2 coordenadoras técnicas, 2 pessoas na Junta da Baixa da Banheira e mais 5 na Junta do Vale da Amoreira, totalizando 9 postos de trabalho. Acredita que a confusão possa ser por uma das pessoas que faz assistência na contabilidade seja considerada assistente operacional, assim como a pessoa que estaria afeta às limpezas, no caso, nos serviços administrativos. Nos serviços exteriores, a Junta teria 5 pessoas atualmente, sendo 3 do Quadro do Pessoal e 2 na área do CEI+, mas realça que as últimas não deixam de trabalhar em volta à autarquia.

O senhor Rogério Santos diz ter percebido a situação. Ainda assim, no que diz respeito à pessoa que seria assistente operacional dos serviços de limpeza estaria referenciada na contabilidade e contratação pública, o que afirma não fazer sentido.

A Senhora Presidente concorda que, de facto, não façam muito sentido, mas explica que está relacionado com o contrato de trabalho e com o que foi definido na altura da contratação.

Após as intervenções, a proposta foi submetida a votação, sendo aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa teve intenção seguir para o ponto 4, porém, foi chamada a atenção pelo senhor Nuno Cavaco em relação ao adiantado da hora.

O Presidente da Mesa explicou que ainda não se teriam discutido todos os pontos cruciais para a presente reunião, que teriam sido acordados com as várias forças políticas.

O senhor Nuno Cavaco rebate, dizendo que isso só seria possível até a meia-noite.

O Presidente da Mesa colocou a possibilidade se votar na continuação da reunião para o dia seguinte, 28 de dezembro, às 21 horas, o que não foi aceite.

O senhor Nuno Cavaco explicou que já teria alertado foi um facto de a bancada da CDU não poder estar presente nessa data e saiu da reunião, em protesto.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 00 horas e 15 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.ª Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente: Paulo Alexandre Alfama Pinto

1.ª Secretária: Mariana Sofia Marques Pinote